REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Políticas públicas e assentamentos rurais: os impactos sociais dos cortes de investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Itamarati II -MS

Public policies and rural settlements: the social impacts of investment cuts in the Food Acquisition Program (PAA) in the Itamarati Settlement II -MS

Políticas públicas y asentamientos rurales: los impactos sociales de los recortes de inversión en el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el Asentamiento Itamarati II -MS

Leonice Alexandra Tessmann de Correia
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados, MS
E-mail: leonicealexandra15@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0731-3187

Resumo: A pesquisa analisou a diminuição dos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã -MS, entre os anos de 2015-2017. Com isso, buscamos compreender os impactos – econômicos e sociais - dessa perda de recursos nas famílias excluídas do programa, bem como naquelas que tiveram projetos aprovados parcialmente. A diminuição dos valores e o eventual enfraquecimento do PAA tem se revelado um drama na vida dos assentados da reforma agrária, tendo em vista que essa política pública é uma das principais responsáveis pelo escoamento da produção na agricultura familiar e uma porta de entrada para outros programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra modalidade de Programa de Aquisição de Alimentos, que é chamado compra institucional, onde os alimentos são adquiridos para órgãos governamentais (quartéis municipais, por exemplo). No que diz respeito à metodologia, realizamos uma pesquisa de campo qualitativa com os mais diversos atores que compõem o PAA em Itamarati II, aplicamos entrevistas e questionários semiestruturados.

Palavras-chave: PAA, agricultura familiar, política pública, assentamento Itamarati II.

Abstract: The research analyzed the decrease in investments by the Food Acquisition Program (PAA) in the Itamarati II settlement, municipality of Ponta Porã -MS, between the years 2015-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

2017. With this, we seek to understand the impacts – economic and social – of this loss of resources on families excluded from the program, as well as on those who had projects partially approved. The decrease in values and the eventual weakening of the PAA has proved to be a drama in the lives of agrarian reform settlers, given that this public policy is one of the main responsible for the flow of production in family farming and a gateway to other programs, such as the National School Feeding Program (PNAE) and municipal barracks, for example. Regarding the methodology, we carried out a qualitative field research with the most diverse actors that make up the PAA in Itamarati II, we applied interviews and semi-structured questionnaires.
Keywords: PAA, Public Policies, Itamarati II Settlement.

Resumen: Esta investigación analizó la disminución de inversiones del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el asentamiento Itamarati II, municipio de Ponta Porã -MS, entre los años 2015-2017. Con esto, buscamos comprender los impactos - económicos y sociales - de esta pérdida de recursos en las familias excluidas del programa, así como en aquellas que tenían proyectos parcialmente aprobados. La disminución de valores y el eventual debilitamiento del PAA ha demostrado ser un drama en la vida de los pobladores de la reforma agraria, dado que esta política pública es una de las principales responsables del flujo de producción en la agricultura familiar y puerta de entrada a la otros programas como el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) y los cuarteles municipales, por ejemplo. En cuanto a la metodología, realizamos una investigación de campo cualitativa con los más diversos actores que conforman el PAA en Itamarati II, aplicamos entrevistas y cuestionarios semiestructurados.
Palabras Clave: PAA, agricultura familiar, políticas públicas, asentamiento Itamarati II.

Data de recebimento: 05/01/2022
Data de aprovação: 30/04//2023
DOI: /10.30612/riet.v3i1.15356

Introdução

A pesquisa aqui apresentada partiu da tentativa de compreender por que a partir de 2015 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sofreu cortes consideráveis na sua operacionalização no assentamento Itamarati II- Mato Grosso do Sul (MS).

O PAA foi criado por meio da lei nº 10.696, no ano de 2003, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e incentivar a comercialização dos seus produtos, tornando-se, desde a sua formulação, como uma política pública modelo para os países da América Latina e demais continentes. Conforme Porto e Grisa (2015) afirmam:

> Desde a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvol-

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> vimento rural no Brasil: a construção de mercados institucionais. Movimentos sociais rurais e organizações da sociedade civil passaram a executar o programa, a reivindicar insistentemente a ampliação do mesmo, a demandar aperfeiçoamentos de seus mecanismos e a construção de novas iniciativas. (...) Para além do cenário nacional, o Programa passou a despertar a atenção também de agências multilaterais internacionais e de outros países. (...) A "novidade" trazida pelo Programa e que despertou grande interesse consiste justamente em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. (PORTO; GRISA, 2015, p. 115-116)

Dada uma dificuldade antiga dos agricultores em escoar a produção e ter acesso ao crédito, muitos deles resolveram acessar o PAA como uma forma de garantir a própria sobrevivência da família (MDA, 2018). Assim, desde o princípio, o programa se tornou uma proposta interessante para a agricultura familiar. Em decorrência disso, cada vez mais o programa se constituiu como uma possibilidade de crescimento – melhorias das casas de moradia, melhorias dos espaços de criação dos animais e irrigação das hortas, entre outros, por exemplo – e fortalecimento econômico das famílias agricultoras

Portanto, pode-se afirmar que o PAA – gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e demais entes federativos (HELING, et. al. 2017, p. 54) - é uma política pública de circulação de alimentos produzidos na reforma agrária e por povos tradicionais, em que, ao mesmo tempo que beneficia os pequenos produtores, fortalece a distribuição de uma alimentação de qualidade entre os mais necessitados:

> Em termos gerais, o PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para a formação de estoques estratégicos (PORTO; GRISA, 2015, p. 116)

Contudo, observa-se que desde o ano 2016, instituiu-se uma nova agenda de decisão em que não apenas o PAA, mas diversos programas sociais passaram por um profundo corte no orçamento, resultando em uma desestruturação parcial dessa política pública.

No período analisado, correspondente ao governo Temer, cortou-se enorme quantias de verbas do PAA a nível nacional, no ano de 2015 por exemplo, o montante destinado foi de 241 milhões de reais, e já no ano de 2017 este valor caiu para 95 milhões de reais, na dimensão local, para o estado de MS foi liberado uma verba de 1.586.000 (em 2017), sendo que no ano de 2015, somente o Assentamento Itamarati I e II foram responsáveis pela verba de mais de um milhão de reais - dinheiro este que foi adquirido pelas famílias participantes do projeto através da entrega de produtos oriundos dos lotes. (CONAB, 2015)

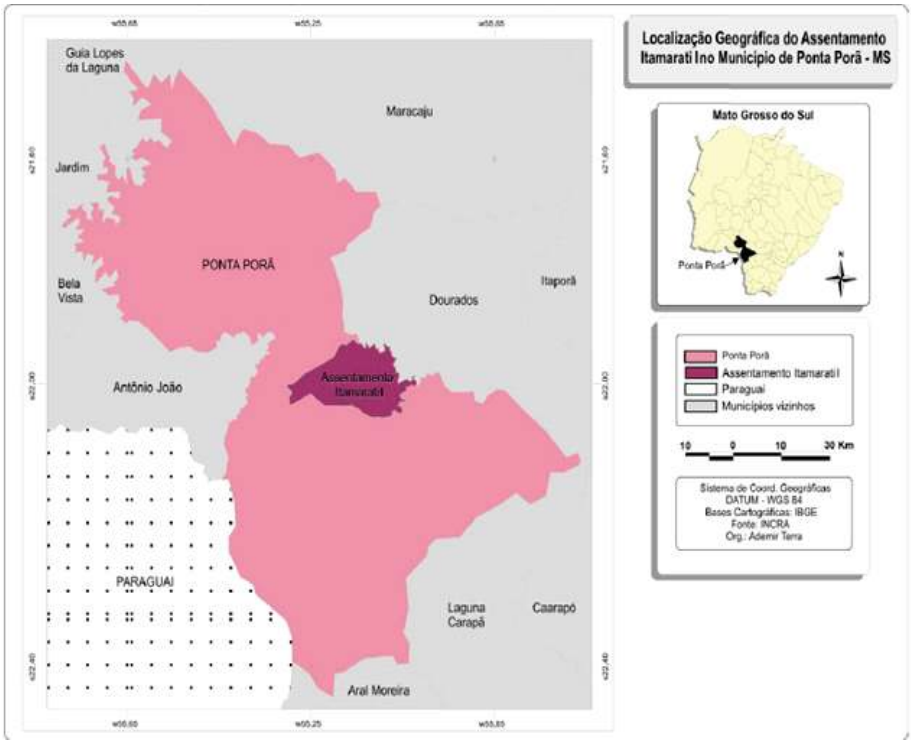
RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O Assentamento Itamarati II foi fundado no ano de 2004, com um total de 1712 lotes, em que os mesmos foram distribuídos às famílias em outubro de 2005. Atualmente possui uma população estimada em mais ou menos 20.000 habitantes, sendo considerado o maior assentamento de Reforma Agrária da América latina. É maior que algumas cidades do MS – o que revela a sua importância para o estado (Imagem 1). A partir de dados coletados na pesquisa de campo junto às cooperativas locais, obtivemos a informação de que o assentamento produz por semana cerca de uma tonelada e meia de alimentos que abastecem o PAA, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), as feiras na cidade de Ponta Porã e os mercados regionais. (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Dado o impacto que o assentamento Itamarati sofreu, propomos investigar as diversas consequências locais que o enfraquecimento do programa gerou.

Imagem 1: Localização do Assentamento Itamarati II.



Fonte: Alencar, 2018.

De certa forma, o assentamento em questão possui uma localização e importância estratégica para a permanência do programa na região, visto ser um dos maiores assentamentos do país e por possuir uma forte rede de distribuição de alimentos. Portanto, a diminuição dos repasses do PAA afeta não apenas os participantes locais, mas o município de uma forma geral. No caso do estado de MS, Heling e outros autores realizaram uma pesquisa sobre a situação do PAA no estado e chegaram à conclusão que:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> (...) Em 2016, e principalmente no ano de 2017, esta importante política pública sofreu significativo contingenciamento de orçamento anual na escala nacional e consequentemente, por estados e municípios. Em âmbito nacional fica evidente o corte orçamentário ao comparar os valores estabelecidos entre os últimos dois Termos de Cooperação Técnica assinados entre o responsável orçamentário, o MDS, e o gestor operacional do programa, a CONAB (HELING, et.al. 2017, p. 57).

Para os autores, parte dessa perda de investimentos ocorreu porque,

> O Termo de Execução Descentralizada CONAB/MDS 2016, com vigência de abril/2016 a dezembro/2019, trouxe novos critérios de comprovação de enquadramento dos agricultores familiares, bem como, estabeleceu ações de controle, monitoramento e avaliação, trazendo a pactuação dos valores previstos em âmbito nacional, apresentando, com isso, um grande corte de orçamento (HELING, et. al. 2017, p. 58-59).

O quadro abaixo, organizado pelos autores acima referenciados, confirma essa tendência de queda:

Quadro 01. Execução do PAA âmbito Nacional (2012 – 2017)

Ano	Nº de CPR[1] contratadas Agricultores Familiares	Municípios Beneficiados	Entidades consumidoras	Valores Aplicados Modalidade CDS[2]/MDS (R$ Milhões)	Valor Total Aplicado MDS e MDA (R$ Milhões)
2012	128.804	1.180	17.988	395,0	586,6
2013	41.412	524	3.742	176,4	224,5
2014	51.228	619	3.968	286,5	338,0
2015	38.794	541	2.829	241,3	287,5
2016	-	-	-	184,0	197,5
2017	-	-	-	38,5	-

Fonte: HELING, et. al. 2017

No quadro acima, pode-se constatar que a partir de 2015– ano do recorte temporal dessa pesquisa - houve uma queda drástica e implantação de um novo padrão de "investimento mínimo" nas políticas do campo – e que a cada ano foi se acentuando. De uma forma geral, essa falta de recursos revela um novo rumo adotado pelo governo naquilo que se tinha por prioridade.

1 Cédula de Produto Rural – CPR
2 Compra com Doação Simultânea – CDS

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Assim, para Heling e autores, a diminuição dos recursos entre 2013-2016 ocorreu por causa da "instabilidade gerada no programa a partir das ações, oriundas da esfera policial e judicial, realizadas a partir de 2013". Já a partir do ano de 2016, acreditam que as causas da queda são reflexo da própria situação de instabilidade governamental e do aparato da burocracia estatal, representado pelo presidente Michel Temer que "contingenciou" o orçamento do programa realizado pelo seu Governo. Assim, este conjunto de "ajustes" e mudanças, "têm provocado a redução da base social do PAA, restringindo a atuação das organizações consumidoras" (HELING, et. al. 2017, p. 60).

Dada essa drástica queda de investimentos no PAA, as questões que nos levaram a desenvolver esta pesquisa foram: quais os reais impactos do corte de verbas sobre as famílias que não conseguiram mais participar dos projetos no assentamento, e quem são os que ainda conseguiram se inserir no programa – mesmo que de forma reduzida. Além disso, buscou-se caracterizar se há alguma medida sendo tomada a fim de escoar a produção destes produtores no mercado, e qual é o papel das cooperativas e associações nesta problemática.

Este trabalho, portanto, revela a sua importância social e econômica, na medida em que visa além de olhar para os números de produtores cortados do programa, também para o impacto vivenciado por alguns dos assentados do maior assentamento da reforma agrária em termos de extensão, desse país: o assentamento Itamarati II.

A pesquisa teve como norte analítico uma perspectiva metodológica qualitativa – que envolveu as narrativas dos assentados prejudicados pela diminuição dos recursos do PAA -, com a somatória de análise documental dos dados oficiais disponibilizados pelos órgãos de controle do aparato estatal principalmente o site de transparência pública da CONAB.

Para tanto, em um primeiro momento, foi realizada pesquisa de campo com os produtores participantes do PAA, responsáveis pelo projeto nas cooperativas, entre outros. Ao todo foram entrevistados seis produtores com questionários semi estruturados, além de conversas informais com dois responsáveis por cooperativas e um responsável pelo BAM (Banco de Alimentos Municipal). Também foram coletados dados de instituições oficiais, como CONAB, MDA e COOPERATIVAS.

Políticas Públicas e o Contexto Rural

Conforme Domingues (2005) aponta, a partir de 1988 as políticas públicas passaram por uma mudança inédita, sendo incluídas na constituição Federal como um direito cidadão – o que garantia sua aplicação para favorecer as classes mais pobres da sociedade.

É nesse cenário que começa a ser desenhado no Brasil uma tentativa de estado de bem-estar social no qual toda a população teria direito às necessidades básicas para viver e, além

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

disso, transformar os cidadãos em autores de sua própria proteção social. Contudo, Domingues ressalta que essa tentativa de acesso aos bens públicos nem sempre se concretizam, visto que:

> (...) Os direitos civis estão longe de ser inteiramente assegurados ao conjunto da população e os direitos sociais parecem a cada dia transformar-se em miragem, pois o sistema de assistência social (aposentadoria, sobretudo o sistema de saúde, mas mesmo a educação) cristaliza-se em suas camadas: uma estatal, mas residual, e de baixa qualidade; a outra, privada, de qualidade variável e dependente dos recursos que o indivíduo possui para adquiri-la no mercado (DOMINGUES, 2005, p. 102-103).

No tocante às políticas públicas elaboradas como resposta às demandas da sociedade civil no campo, visando a produção agrícola familiar, as conquistas foram razoáveis, mas o caminho percorrido foi longo. E de fato, com a falta de verba para as políticas públicas - como o PAA - os agricultores familiares enfrentam maiores dificuldades na produção e comercialização de seus produtos e desta forma a agricultura familiar pouco a pouco vai perdendo força.

Dito isso, a seguir apresentaremos a política pública do PAA, uma importante fonte de renda para os pequenos produtores dos assentamentos do Brasil.

A Política Pública do PAA e sua Operacionalização no Assentamento Itamarati II

O Programa de Aquisição de Alimentos, surgido no ano de 2003 é um programa que pode ser considerado com aquilo que Draibe (2007) denomina de política de bem-estar ativo (*active welfare State),* e que se caracteriza como uma ação que contribui para ampliar o crescimento econômico e a participação das pessoas na geração da própria renda.

Assim, tem-se que o PAA é uma política pública que se constitui em uma das ações abrigadas no interior da estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), congregada pelo programa Fome Zero (MÜLLER, 2007) O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tem dois objetivos principais: garantir o acesso a alimentos de qualidade às pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar, e promover a inclusão social no campo, fortalecendo a agricultura familiar. Segundo a CONAB (2015, p. 15):

> O marco jurídico que instituiu o PAA possibilitou maior presença do poder público no tocante ao incentivo dos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, bem como os trouxe segurança no planejamento de suas atividades ofertando-lhes acesso aos mercados e a segurança de comercialização de seus produtos, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o PAA atua em seis modalidades: Compra Direta; Compra com Doação Simultânea – CDS; Apoio à Formação de Estoques – CPR-Estoque; PAA-Leite (Apoio à Produção para o Consumo do Leite); Compra Institucional e Aquisição de Sementes. A modalidade que pesquisamos e analisamos é a de Compra com Doação Simultânea, que tem por objetivo a compra dos produtos da agricultura familiar e posterior doação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O desenho dessa modalidade é consolidado com a responsabilidade de ações de cada participante: organizações fornecedoras, beneficiários fornecedores, beneficiários consumidores e unidades recebedoras (CONAB, 2015).

Para participar desse programa, é necessário que o agricultor esteja com sua DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) atualizada, que este produza alimentos em seu próprio lote e que seja associado à cooperativa que vai participar do programa. Muitas famílias agricultoras, porém, têm medo de participar das cooperativas, e o medo mais comum é de que caso em algum momento a cooperativa se endivide, estas tenham que pagar a dívida que a própria cooperativa fez.

O PAA teve sua primeira ideia no governo de Franco Montoro - que governou o estado de São Paulo entre os anos de 1983 a 1987. Por questões de transparência, Montoro tinha planos de descentralizar a merenda escolar, dando, dessa forma, ao diretor da escola a função de realizar a compra da merenda escolar. Essa ideia, porém, não funcionou muito bem," pois os seus críticos afirmavam que "[...] o poder de compra do governo precisa ser usado como uma política importante" (MÜLLER, 2007, p. 78).

Após vários estudos e discussões amadurecidas, desde 1993 até 2003, já dentro do programa Fome Zero do governo federal, cada vez mais assume grande importância a questão de incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar, pois dessa maneira projetava-se que a qualidade do produto seria melhor, o autoconsumo que preserva os hábitos alimentares tradicionais seria incentivado e a produção seria valorizada com preços acima do mercado. É justamente aí que se encontra o nascimento do PAA, com a lei referenciada acima.

Nesse contexto de acúmulo de discussões e experiências,

> [...] o PAA nasce como um programa interministerial, operacionalizado pela CONAB e executado com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios (MDA, 2018).

Esse programa - apesar da contribuição do debate acadêmico que fundamentou os seus alicerces -, sem dúvida alguma nasceu de uma forte demanda e luta efetivada pela sociedade civil, pela academia, pela ação política e pelos movimentos sociais – que há tempos já vinham debatendo a emergência de uma política pública que fortalecesse a agricultura familiar e também garantisse a segurança alimentar aos grupos de risco na sociedade. Assim, foi no governo

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se abriu espaço para que esta necessidade surgida na sociedade fosse efetivada como política pública.

Ademais, ressalta-se que ele é de suma importância para a sociedade, pois através desse programa, agricultores de todo o país têm a oportunidade de produzir e ter um mercado seguro para sua produção além de ter a segurança da subsistência, e a garantia de alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar.

No assentamento Itamarati II/MS, o PAA teve seu primeiro acesso no ano de 2010, cujos aportes financeiros foram destinados à venda de sementes de feijão produzidas por agricultores do assentamento e que tinham como destino cooperativas e associações de outros estados como Paraná, São Paulo e também para a cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Foram destinados 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais) para este projeto, sendo estes divididos em 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para cada produtor que tenha DAP. (CONAB, 2010)

O Programa de Aquisição de Alimentos está organizado por cooperativas, desta maneira, as cooperativas através de seus representantes constroem um projeto, com os produtos pretendidos para as entregas, em conjunto com os agricultores selecionados que serão os que irão produzir e ser responsáveis pelas entregas da produção e, também, com a entidade recebedora, que no caso do Assentamento Itamarati é o BAM. O BAM, por sua vez, monta cestas verdes, com os produtos adquiridos nos assentamentos e os distribui para a população de baixa renda do município de Ponta Porã.

Ainda nesse ciclo de distribuição dos alimentos, as famílias agricultoras que se associam às cooperativas e são participantes do programa precisam levar a produção até os pontos de coleta, que normalmente estão localizados nas próprias cooperativas. A prefeitura, por seu turno, envia um caminhão desde o município de Ponta Porã para fazer a coleta dos alimentos em Itamarati-II para, em seguida, descarregar as mercadorias no BAM e proceder com a distribuição das cestas entregues às famílias participantes.

O ciclo de distribuição dos alimentos revela a singularidade do PAA enquanto uma política pública que abrange toda a cadeia da produção de alimentos, desde a produção até a entrega final e, além disso, de fortalecimento de uma alimentação de qualidade e de segurança alimentar para os que se enquadram no perfil de vulnerabilidade social

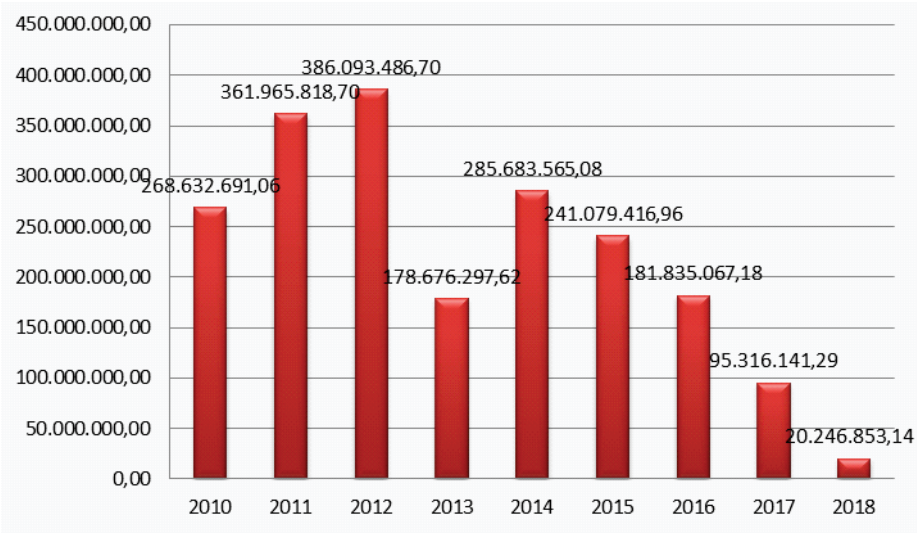
Resultados e discussões

Dando prosseguimento na discussão, o gráfico 1 – logo abaixo – apresenta o montante em dinheiro acessado no âmbito nacional do PAA desde o ano de 2010 até 2018:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Gráfico 1: valor destinado ao PAA a nível nacional



Fonte: elaboração própria com base no site da transparência da CONAB, 2019

Com base neste gráfico podemos perceber que desde 2010 o PAA tem valores consideráveis disponibilizados. Porém, aqui se concretiza o que discutimos anteriormente, que desde o ano de 2013 este programa já vem sofrendo cortes em suas verbas – em grande medida, devido à instabilidade econômica que havia se instalado no país -, porém, no ano de 2014 há novamente um investimento nesse programa, e a partir do ano de 2015 que os cortes são mais consideráveis, sendo o mais severo em 2018

Assim, podemos observar que, de 2015 para 2016, o corte foi de 59.244.349,78 (cinquenta e nove milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos). Desde o ano de 2015 o PAA só vem sofrendo perdas em suas verbas, mas se analisarmos todos esses anos, de 2015 até 2018, o total de cortes acentuados foi de 220.832.563,82 (duzentos e vinte milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos).

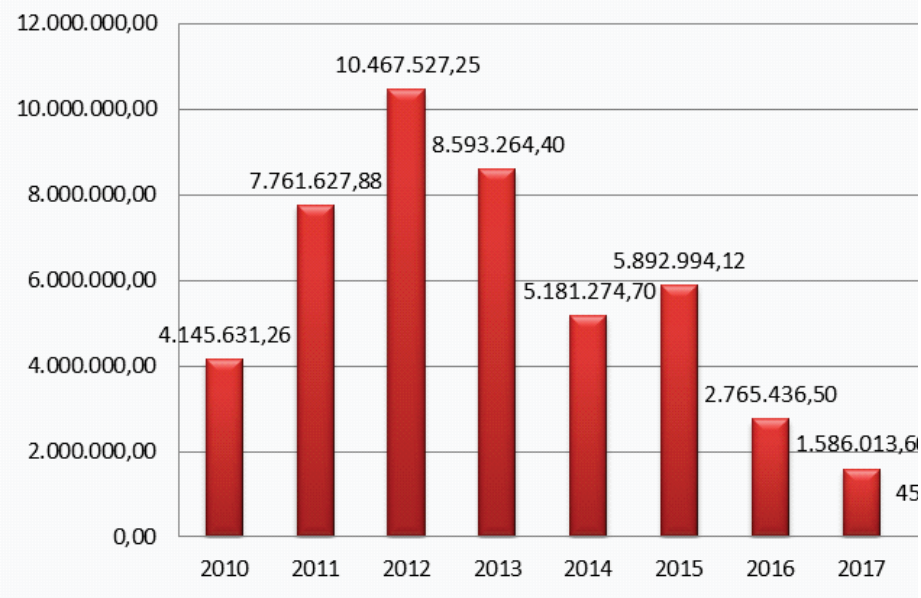
O PAA foi acessado pela primeira vez no estado de MS no ano de 2010, no qual acessaram 16 municípios, totalizando um montante de 4.145.631, (quatro milhões cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), desse montante total, 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais) foi acessado por uma cooperativa do Município de Ponta Porã, localizada no Assentamento Itamarati II, a Cooperativa Agroindustrial Ceres (COOPACERES). As exigências básicas para acessar este programa era a de ter a DAP e a de produzir em seu próprio lote.

De modo que, desde o ano de 2010, o assentamento vem acessando o PAA – se tornando um pioneiro ininterrupto no acesso à essa política pública. A seguir o gráfico 2 expressa do valor destinado ao MS desde o ano de 2010:

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Gráfico 2: Valor destinado ao PAA para o estado de MS



Fonte: elaboração própria com base no site da transparência da CONAB, 2019

Neste gráfico, podemos perceber que a medida em que as verbas são disponibilizadas durante os anos, elas aumentam e diminuem, porém, podemos perceber que é no ano de 2016 que esta tem uma queda considerável, e segue em decréscimo nos anos seguintes. Desde o ano de 2015, o PAA no estado de MS sofreu cortes em todos os anos de sua execução, se analisarmos todos esses anos, e contabilizarmos os cortes, os resultados são absurdos, totalizando um total de corte de 5.436.810,22 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil oitocentos e dez reais e vinte e dois centavos) no período de 2015 a 2018.

Com estes cortes, houve a necessidade de se ter novas normas de acesso ao programa, com mudanças nos critérios para análise de projetos apresentados. Temos por exemplo, propostas com mais números de mulheres, tinham mais pontos, proposta oriundas de municípios de alta vulnerabilidade tinham mais pontos, propostas com até 50 mil reais tinham mais pontos - destacamos aqui que quanto mais pontos, mais chances de acessar o programa.

A nível municipal os cortes também foram consideráveis, assim, no ano de 2015, seis organizações acessaram o PAA, todas localizadas no assentamento, são estas: Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati: com um montante de 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais); Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira, com uma verba de 263.991,55 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos); Associação Família Agrícola da Fronteira (este de produtos orgânicos), verba de 39.998,17 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e dezessete centavos); Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati, com uma verba de 359. 987,40 (trezentos

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

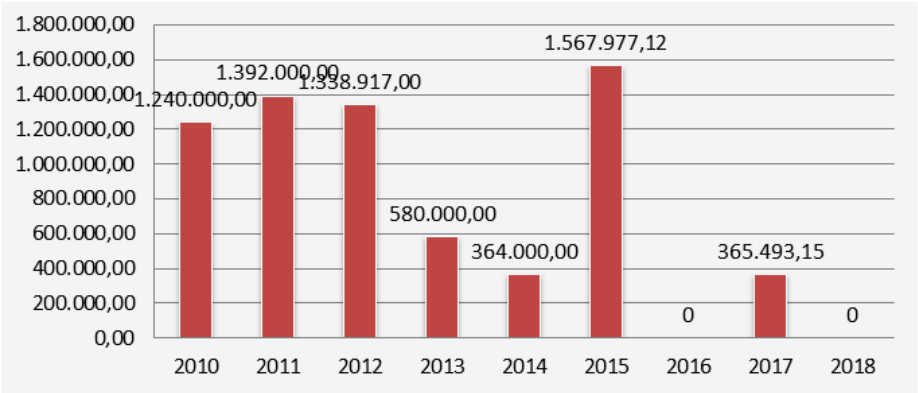
Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos); Cooperativa dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul, com uma verba de 160.000,00 (cento e sessenta mil reais); e a Associação Liderada Pela Comunidade Agrícola Nova Conquista Itamarati – II, com um valor de 472.000,00 (quatrocentos e setenta e dois mil reais) (CONAB, 2015).

Estas seis cooperativas, totalizaram um montante de 1.567.977,12 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e doze centavos), o que representa o crescimento econômico de 169 famílias que forneceram os produtos e, desta maneira, constatamos em conversas informais tanto com agricultores, quanto com os responsáveis pelas cooperativas, que com o acesso a este programa as famílias e cooperativas fizeram girar tanto a economia do assentamento quanto a do município, pois os assentados puderam fazer melhorias em seus lotes e, desta maneira, crescer econômica e socialmente, injetando dinheiro nos comércios do assentamento e do município e contribuindo com o desenvolvimento como um todo (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A seguir apresentaremos um gráfico que mostra o montante de verbas a nível municipal desde o ano de 2010:

Gráfico 3: O valor destinado ao PAA a nível municipal, Ponta Porã - MS



Fonte: elaboração própria com base no site da transparência da CONAB, 2019

Durante a realização da pesquisa, e tabulação dos dados coletados, constatou-se que no ano de 2015 a verba foi a maior já registrada. Contudo, no ano de 2016 nenhuma proposta foi acessada no assentamento e, no ano de 2017, como o corte de verba a nível estadual foi considerável, das seis organizações do município que acessaram em 2015, apenas três voltaram a acessar no ano de 2017, porém com uma verba bem reduzida. Detalhadamente, são estas: Cooperativa dos Pequenos Produtores da Comunidade Pioneiros do Sul, com uma verba de 96.000,00 (noventa e seis mil reais); Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati: com um montante de 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) e a Associação da Escola Família

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Agrícola da Fronteira, com uma verba de 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Além destas três, mais uma conseguiu acessar o benefício, que foi a Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas, que acessou um montante de 63.993,15 (sessenta e três mil, novecentos e noventa e três reais e quinze centavos), totalizando uma verba de 365.493,15 (trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos), e um total de 54 famílias sendo beneficiadas, desta maneira 115 famílias perderam o benefício– sendo que algumas acessavam desde 2010 – entre o ano de 2015 e 2017 (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Os dados coletados na pesquisa de campo revelam que o impacto nas vidas dos assentados foi grande, com um prejuízo incalculável: 115 famílias sem recursos oriundos do PAA para fazer sua produção girar. Desse modo, analisando os dados, observa-se que a verba disponibilizada para as quatro organizações no ano de 2017 foi menor que aquela disponibilizada para apenas uma das organizações que acessaram no ano de 2015, a Associação Liderada Pela Comunidade Agrícola Nova Conquista Itamarati – II, que acessou o valor acima citado de 472.000,00 (quatrocentos e setenta e dois mil reais); no ano de 2018 nenhum projeto foi acessado no assentamento, pois algumas ainda tinham um restante de recurso do ano anterior, e neste caso é possível ser feito uma prorrogação do projeto.

Neste sentido, observam-se os impactos que a falta de acesso aos recursos gerou e ainda gera para o assentamento: famílias deixaram de produzir e, consequentemente, a diversidade alimentar delas diminuiu. E mais, a falta de investimentos inibiu a continuidade da produção local e estagnou a economia do assentamento e município, além de gerar uma insegurança no agricultor em continuar a plantar e não conseguir escoar as mercadorias. Há ainda a possibilidade de que as famílias fiquem inadimplentes com lojas e bancos por fazerem dívidas e não conseguirem pagar – considerando que contam com o dinheiro das entregas –, possibilidade de as hortas não voltarem a produzir -por não ter mercado para colocação dos produtos- e, como consequência disso, há a possibilidade de que alguns decidam arrendar os lotes e trabalhar fora de casa para poder suprir as necessidades em casa e cumprir com suas obrigações mensais

Para os assentados esse cenário se revela desfavorável a longo prazo, visto que com a ascensão de Bolsonaro ao Palácio do Planalto muitas famílias acreditam que estes programas sociais irão acabar e/ou diminuir, gerando um temor de que todo um legado de acúmulo de saber e de aprendizado com o ciclo da produção podem desaparecer. O recuo dessa política pública seria um desastre para todos. [3]

3 Consideramos aqui que a pesquisa culminou em 2019 e a mesma tem um recorte temporal do ano de 2015 a 2018. Agora em 2022 já no último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, fizemos uma pequena pesquisa para ver qual o montante de recurso empenhado no programa em questão na última contratação das CPRs* (a nível nacional), e o que revela o site de transparência pública da CONAB é desanimador, foram 5.050.818,71 (cinco milhões, cinquenta mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e um centavos), valor este referente ao ano de 2021, já que não constam dados ainda sobre 2022. Vale ressaltar que em 2018 o valor era de 20.246.853,14 (vinte milhões duzentos e quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e tres reais e quatorze

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Famílias participantes do PAA: os impactos dos cortes no PAA

Para a realização da pesquisa de campo, a fim de evidenciar os impactos dos cortes do PAA nas famílias produtoras, entrevistamos 6 pequenos produtores, três do sexo feminino, e três do sexo masculino, todos residentes no assentamento Itamarati II, de três comunidades diferentes, distante aproximadamente 10 km uma da outra. As famílias entrevistadas residem em uma região do assentamento operacionalizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), e a área de seus lotes é de seis hectares no lote individual, e cinco na área coletiva.

Na pesquisa de campo optamos por não identificar os entrevistados. Portanto, utilizaremos codinomes como forma de identificação, sendo estes, Maria, Neuza e Carmen do sexo feminino, e Felipe, Alex, e Bruno do sexo masculino.

A seguir, a tabela abaixo ajuda na compreensão dos dados que foram apresentados pelos entrevistados:

Quadro 2: perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as

Felipe	72 anos	2 salários mínimos	Aposentadoria rural e arrendamento da Soja. PAA.	mandioca, batata doce, milho verde e abobrinha	6.000,00	BAM*	Sim
Bruno	44 anos	2 a 3 salários mínimos	Trabalho de Motorista, Trabalho de professora PAA	mandioca, milho verde, quiabo, repolho, alface, rabanete, melancia, e pepino	6.000,00	BAM*	Sim
Alex	48 anos	1 a 2 salários mínimos	Aposentadoria por doença, PAA	mamão, alface, mandioca, melancia e abacaxi	6.000,00	BAM*	Sim

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas.

***BAM:** Banco de alimentos municipal, localizado no município de Ponta Porã

A entrevistada Maria tem 36 anos, de cor parda, estudou até o segundo ano do ensino médio, é casada e tem três filhos, sendo que dois destes moram com ela. Em sua casa, contando com ela, moram quatro pessoas: ela, os dois filhos e o marido. A renda mensal da família, em suas palavras, "varia de mês para mês", mas ela faz uma média de um salário-mínimo e meio,

centavos), assim sendo uma redução de 15.196.034,43 (quinze milhões, cento e noventa e seis mil e tinta e quarto reais e quarenta e três centavos) no periodo de 2018 a 2021, percebemos portanto que aquilo que os produtores temiam veio a suceder.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

pois depende muito da quantidade de produtos que são entregues para o PAA, e agora também para o quartel de Ponta Porã e o PNAE.

A família também recebe o benefício do Bolsa Família e Vale renda e, segundo Maria, todos da família contribuem com as despesas, pois, de uma forma ou outra, todos ajudam nas tarefas do sítio.

No sitio de Maria ela e o marido cuidam dos animais e os ordenham, cuidam da horta, cuidam dos assuntos burocráticos fora do sítio, o casal não faz uma divisão de tarefas, há uma ajuda mútua entre ambos para com todos os afazeres, e a filha mais velha – de 13 anos – cozinha, cuida da casa e do irmão menor de 4 anos. A principal fonte de renda da família é a horta, visto que vendem para o PAA, PNAE, Quartel e, também, na feira livre de Ponta Porã.

Sobre a configuração atual do lote, Maria nos conta que atualmente a família trabalha apenas no sítio, principalmente na horta, mas que quando ficaram sem o projeto do PAA, o marido saiu para trabalhar fora fazendo diárias em serviços variados no campo. Ela produzia bem pouco e o fruto – quiabo, milho verde e leite – dessa produção era vendido a outros.

A entrevistada Neuza tem 39 anos, de cor parda, seu grau de escolaridade é o quinto ano do ensino fundamental, é casada e tem duas filhas. Contando com ela, quatro pessoas moram na casa, as duas filhas e o marido, e sua renda mensal varia de um salário e meio a dois salários, composta pelo benefício da bolsa família e pela venda da produção familiar na feira de Ponta Porã e aos atravessadores. Anteriormente aos cortes no investimento do PAA, escoavam o que produziam ao PAA, porém hoje não acessam mais esse benefício.

O plantio atual da família é de milho verde, quiabo, mandioca e abóbora. Contribuem para a renda ela, a filha mais velha e o marido. Na época de colheita da melancia ela vende essa cultura na beira da estrada. No período da safra seu marido trabalha fora da unidade familiar, fazendo diárias para os arrendatários do assentamento. Com relação ao serviço do sítio, toda a colheita, embalagem e venda é Neuza quem faz, o plantio é por conta do marido, e a filha mais velha cuida da casa e da irmã mais nova. Em um arranjo familiar para além da dinâmica de produção agrícola que a sociologia rural convencionou chamar de Pluriatividade (WANDERLEY, 2003).

Carmen tem 59 anos, negra, viúva e com escolaridade no quarto ano do ensino fundamental, têm dois filhos, mas mora sozinha em sua casa. Sua renda mensal provém da horta que ela planta com a ajuda de um contratado permanente, e do leite que ela ordenha todos os dias, duas vezes por dia em seu sítio. Carmen é aposentada e pensionista, trabalha somente no sítio, e como diz ela: “só no sítio, mas no sítio temos muito serviço”. O trabalho familiar é dividido da seguinte maneira: ela tem uma pessoa contratada que a auxilia nos serviços da horta, o valor pago à essa pessoa é dividido com seu filho que mora perto dela, e o lucro da horta é dividido com o filho. Os demais afazeres como ordenhar, entregar leite, cuidar da casa e do pomar ela faz sozinha.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Felipe é um senhor de 72 anos, que se considera pardo, estudou até o segundo ano do ensino fundamental, é casado e tem oito filhos sendo que dois destes são falecidos e dos seis filhos vivos apenas uma é mulher. Residem em sua casa apenas ele e a esposa, sua renda mensal provém da aposentadoria que ele e a esposa recebem. Para os serviços no sítio contribuem ele e a esposa e também a filha mulher que vive próximo a eles, mas como ele mesmo frisa: "sou eu quem faz a maioria dos *cuidos* no sítio". Sua principal fonte de renda são as aposentadorias e a renda da soja proveniente do arrendamento da área coletiva. Ele trabalha somente no sítio, quando precisa de ajuda com os afazeres diários, chama sua filha ou paga diária para alguém.

Bruno tem 44 anos, de cor branca, ensino médio completo, casado e não tem filhos. Mora com sua esposa no sítio, os dois trabalham fora do sítio, ele como motorista de escolar e ela como professora da rede municipal e estadual de ensino, sua renda mensal é de 2 a 3 salários-mínimos, segundo ele, se faz necessário buscar trabalho fora para complementar a renda do sítio, que provém da horta que entrega para o PAA e da renda da área coletiva. Não são beneficiários de nenhum programa de transferência de renda, a maior parte da renda vem de fora do sítio, e os serviços da horta cabem à ele, pois a esposa trabalha todos os dias de manhã e à tarde.

O último a ser entrevistado foi Alex, de 48 anos, considera-se pardo, é casado e tem um filho, moram na casa ele, a esposa e o filho. A renda mensal, segundo ele, "varia muito", pois dependem das entregas que fazem. Alex, trabalha com produtos orgânicos, ele tem o certificado da APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul), e mesmo sendo do grupo prioritário, teve medo de não acessar novamente o PAA. Este produtor é aposentado por doença, então quem cuida dos afazeres do sítio são sua esposa e filho, ele fica mais com a parte burocrática e de papelada, faz entregas e se encarrega de manter sempre toda a documentação em dia. As fontes de renda da família são a horta e o benefício que ele recebe, nenhum integrante da família trabalha fora do sítio.

Nas entrevistas realizadas alguns aspectos chamaram atenção. O primeiro deles é que dos seis entrevistados, apenas o filho de um deles trabalha ativamente nos serviços do sítio, nos demais casos o filho só ajuda quando realmente se precisa, e duas pessoas relataram não haver a ajuda deles no sítio. Ainda sobre esse ponto, majoritariamente cabe às filhas mulheres o serviço doméstico – que é visto como ajuda, e não como trabalho -, como limpar a casa e fazer almoço, por exemplo. Outro ponto importante a ser destacado é o grau de escolaridade dos entrevistados, apenas dois tem o ensino médio e só um deles tem o ensino médio completo, os demais possuem o ensino fundamental incompleto, há inclusive um deles que tem apenas o segundo ano do ensino fundamental.

A maior parte dos entrevistados recebe um salário-mínimo e meio, sendo esta variável para mais ou para menos, dependendo das atividades desenvolvidas no sítio. Apenas um deles não recebe benefício nenhum de transferência de renda, ressaltando assim a importância destes benefícios para as minorias.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Sobre os impactos dos cortes do PAA, os relatos abaixo apontam como os assentados enxergaram esse processo. Assim, a entrevistada Maria afirma que a primeira reação foi de tristeza, nas palavras dela:

> "Nossa, deu uma tristeza muito grande, porque dali vem a fonte de renda, dali vem o sustento, e outra, muita perda de alimento porque você está no ritmo com muita produção e de repente o governo corta a verba, fiquei um ano com minha horta abandonada, não tinha quase nada, acredito que não só eu, mas todos os produtores, então, foi assim um choque" (Entrevistada Maria, 36 anos, Assentamento Itamarati)

Segundo ela, o sentimento que prevaleceu foi o de negatividade, de miséria, pois ela contava com aquela renda mensal no orçamento, e a partir do momento em que ela não teve mais aquela renda, em um momento de desespero, pensou em arrendar o lote para a lavoura[4], mas ficou com medo pois a partir do momento em que se arrenda o lote, a terra é sua, mas está alugada para outra pessoa, então a pessoa faz o que quiser com o espaço. Como Maria e seu esposo tinham gado de leite e de corte, ao invés de arrendar a terra ficaram com o gado e seguiram plantando, principalmente quiabo e milho verde, destinando a venda do produto de casa em casa, como ambulantes -assim como era antes de ter o PAA.

A desagregação na unidade familiar foi grande, pois o marido teve que sair do lote para trabalhar fora, como forma de complementar a renda e suprir as necessidades básicas da casa, visto que o retorno pela venda da produção era pequeno. Assim como podemos constatar em sua fala, a pior fase de perda do PAA foi a perda da produção e o esfacelamento de um universo de experiência acumulado com essa política pública.

O entrevistado Felipe relata que sua reação foi muito ruim, pois como com o PAA havia a questão da segurança de entregar o produto e receber o dinheiro, com o corte do mesmo, ele se sentiu desanimado, pois o que pensava plantar "foi por água abaixo". Arrendar o lote estava fora de cogitação, porque segundo ele:

> "Pra falar bem a verdade uma vez eu arrendei e me arrependi, mas me arrependi mesmo, porque daí na verdade além dos venenos que já tem, vem mais veneno, daí pra dentro de casa, e não tem como proibir pois você arrendou e quem planta vai colocar veneno na quantidade que precisar, então der o que der. Se Deus abençoar nunca mais quero arrendar aqui" (Entrevistado Felipe, 72 anos, Assentamento Itamarati)

Ele relata que tudo o que ele produzia para vender ainda segue produzindo, porém em menor escala, somente para subsistência, pois as mudanças sentidas na parte financeira foram

4 Lavoura de Soja

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

substanciais, e assim como todos os demais entrevistados, ele conta que o PAA é uma venda segura, um lucro certo, e que com o corte de verbas e a suspensão temporária do programa ele ficou sem aquele dinheiro extra no mês.

O incentivo a seguir produzindo é a satisfação de ver a fartura na mesa, ter sempre bastante alimento para a família e também para os animais, este, segundo Felipe, é o maior incentivo que ele tem em seguir produzindo. A cooperativa não encontrou outra colocação para os produtos dele, mas ele conta que não considera perda na produção, pois todo o excedente – que não iria consumir e que não poderia mais vender para o PAA – ele deu como alimento para os animais, como porcos, galinhas e as vacas, e que estes animais depois serão consumidos pela família. Então, sob esse ponto de vista, ele não considera como perda essa interrupção do PAA.

Os relatos apontam como é frágil o elo dos produtores com essa política pública, estando, estes, numa situação muito delicada, na hipótese de os projetos não vingarem ou os contratos diminuírem. São questões que precisam ser ajustadas. Como forma de resistência, diante da política de enfraquecimento do campo com o corte dos créditos rurais, os produtores mostraram solidariedade e empatia com os seus vizinhos, buscando soluções em conjunto – como a venda nos mercados locais e vendas a pessoas que fazem a revenda dos produtos – a fim de que todos se beneficiem.

Todos os entrevistados descrevem o PAA basicamente da mesma forma: uma política pública de extrema importância para a agricultura familiar, para as famílias tanto as que entregam, quanto as que recebem os produtos. Alex diz: “acreditar que o PAA não irá se sustentar por muito tempo, pois o corte tem sido drástico e a tendência é piorar”.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos analisar a política pública do PAA e o impacto dos cortes de verbas nas famílias assentadas que acessaram este programa, apontando, assim, para os dilemas vivenciados pelos assentados desde então.

Compreendemos com o decorrer da pesquisa que o PAA vem sofrendo cortes drásticos em decorrência de várias questões, como as mudanças de governos e os persistentes “contingenciamentos” dos recursos destinados ao programa. Contudo, foi a partir da ascensão de Temer ao Planalto em 2016 que as incertezas com relação à essa política pública aumentaram. Devido às incertezas, a vida dos assentados no campo também se torna uma incerteza, pois sem este programa muitos precisam deixar os lotes e buscar outras fontes de renda fora dos mesmos.

Ademais, todos os assentados concordaram que o PAA é uma política de extrema importância para os assentamentos, pois é uma espécie de porta de entrada para outros programas institucionais, como o PNAE e parcerias com os quartéis, por exemplo, e que estes aumentam

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 104 a 123 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

consideravelmente a verba mensal das famílias e, consequentemente, a qualidade de vida das mesmas.

De fato, o PAA é uma política de extrema importância para a vida e a manutenção tanto dos assentamentos quanto da agricultura familiar, e que sem esta política pública os mesmos tendem a ficar em uma situação de vulnerabilidade social.

Como uma agenda de pesquisa futura, acreditamos que novos trabalhos precisam ser efetivados na busca por deslindar a cadeia do PAA nos assentamentos afora, desde as hortas dos produtores, passando pelas cooperativas, pelo BAM até chegar ao seu destino final que são as famílias de baixa renda que se alimentam destes produtos. Outro tema interessante a ser pesquisado é o papel das cooperativas neste processo todo, como elas ajudam os produtores e como estas são prejudicadas pelos cortes e quais as medidas que seriam possíveis serem tomadas para amenizar os impactos tanto para a cooperativa quanto para as famílias.

Há ainda um terceiro ponto de extrema importância, que diz respeito ao papel assumido pelos movimentos sociais nesse processo: Como se efetiva a ajuda aos produtores e de que maneira estão envolvidos? Qual é o seu papel social nos assentamentos com relação às políticas públicas? São questões que precisam ser elucidadas à luz do debate entre a teoria e a concretude da vida desses milhares de assentados da reforma agrária.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi possível graças ao financiamento da bolsa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Referências bibliográficas

ALENCAR, Daiane. As políticas públicas de reforma agrária: desdobramentos no Assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS. 2018. **Tese.** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS., 2018. (Publicado na internet). Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/401> Acesso em: 30 abr. 2019.

CONAB. Site de transparência pública da CONAB. **Disponível em:** https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar Acesso em: 24 de maio de 2022

____. http://portaltransparencia.gov.br/orgaos/22211-companhia-nacional-de abastecimento Acesso em: 21 de janeiro de 2019

DOMINGUES, José Mauricio. **Sociologia e modernidade:** para entender a sociedade contemopânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

DRAIBE, Sônia Miriam. Estado de Bem-Estar Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**.** In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro – RJ. FIOCRUZ, 2007.

GRISA, Catia; SCHENEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HELING, Carlos Alberto; OLIVEIRA, Euclides Reuter de; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; GABRIEL, Andrea Maria Araújo de; MAGALHÃES, Angelica Margarete; SOUZA, Alberto Giovani de; PEREIRA, Taís Lemos. Programa de aquisição de alimentos em MS: soberania alimentar, crise e perspectivas de superação. **Realização, Revista Online de Extensão e Cultura**., Dourados, v. 4, n. 7, p. 51-78, jul. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/7252>. Acesso em: 20 jul. 2019.

JOHNSON, Guillermo Alfredo. Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização. In: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (orgs.). **Direitos Humanos, diversidade e movimentos sociais:** um diálogo necessário**.** Dourados: Ed. UFGD, 2011.

MDA. Políticas Públicas para Agricultura Familiar, **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MDS), 2019. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e. Acessado em 08 de julho de 2019.

MÜLLER, Ana. Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil***:* o caso do Programa de aquisição de alimentos. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS., 2007. (Publicado na internet). disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), 2019. Disponível em: < http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-renda/>. Acessado em 08 de julho de 2019.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, pp. 42-61.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil